



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000450389

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1028422-22.2024.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante LUCIA MARIA GRABAUSKAS, é apelado BANCO C6 CONSIGNADO S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores J. M. RIBEIRO DE PAULA (Presidente sem voto), REGINA APARECIDA CARO GONÇALVES E ALEXANDRE COELHO.

São Paulo, 8 de maio de 2025.

OLAVO SÁ
Relator(a)
Assinatura Eletrônica

Apelação – 1028422-22.2024.8.26.0100

Comarca: São Paulo – SP - 38ª Vara Cível.

Juiz de 1ª Instância: Dr. Danilo Mansano Barioni.

Ação: Revisão de contrato.

Apelante: Lucia Maria Grabauskas.

Apelado: Banco C6 S.A.

VOTO 2935

APELAÇÃO DA AUTORA. JUROS
REMUNERATÓRIOS. INDÍCIOS DE ADVOCACIA
PREDATÓRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO.

Sentença que extinguiu o feito, sem julgamento do mérito, por falta de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, I do CPC). Determinação para juntada de procuração com firma reconhecida. Descumprimento injustificado. Exigência de acordo com diretriz da Corregedoria Geral da Justiça, a fim de evitar a utilização abusiva do Poder Judiciário. Índícios de litigância predatória. Atendimento dos Comunicados CG nº 02/2017 e CG nº 424/2024 da E. Corregedoria Geral da Justiça desta Corte. Questão já submetida a julgamento de recurso repetitivo junto ao C. Superior Tribunal de Justiça Tema 1.198. Sentença mantida. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. RECURSO DA AUTORA NÃO PROVIDO.

Vistos.

Trata-se de *apelação* interposta pela autora em face da sentença exarada às fls. 64/72, proferida pelo MM. Juízo da 38ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - SP que *julgou a ação, nos seguintes termos: "Ante o exposto, com base nos arts. 321, parágrafo único c.c. 330, IV, do Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do mesmo diploma legal. Custas e despesas processuais pela autora, que deverão ser recolhidas em quinze dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Não cabe condenação a honorários advocatícios, pois não formada a relação processual. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. PRIC"*

Recorre a autora requerendo a reforma da sentença com a anulação da sentença e procedência da ação. Alega que a procuração acostada aos autos atende os critérios estabelecidos no Código de Processo Civil, sendo descabida a determinação para juntada de procuração com reconhecimento de firma.

Recurso tempestivo. Preparo recolhido às fls. 162/163.

O réu apresentou contrarrazões às fls.

118/122 pugnando pela manutenção da sentença.

As partes não manifestaram oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

No mérito, nos termos da decisão de fls. 46/53, o MM. Juízo a quo determinou: *“Algumas providências preambulares se impõe, portanto, no caso: 1) Procuração de fls. 18: a fim de se assegurar a regularidade da representação processual e o cumprimento dos deveres processuais dispostos no artigo 77 do código de processo civil e do postulado do artigo 5º do mesmo diploma (“aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé”), traga o(a) autor(a) instrumento de mandato judicial com firma reconhecida, ou digitalmente por meio de certificadora autorizada pelo "icp-brasil". a assinatura digital apresentada não é válida para fins de outorga de procuração ad judicia. (...) Regularização em quinze dias, sob pena de extinção. 2) Podendo ingressar com ação singela no juizado especial cível do f. regional cuja competência abrange seu domicílio (lapa), a parte autora optou estranha opção por distribuir em vara comum do foro em que o réu tem sede, abrindo mão de prerrogativa legal, da isenção das custas e eventual ônus de sucumbência em primeiro grau (o que a lei do juizado lhe asseguraria), assumindo o risco de eventual deslocamento (pois eventualmente pode este reaver em razão das diferenças supostamente pagas a maior (alínea "h", de fls. 16); c) especificar o valor a ser restituído (item "i", de fl. 16). d) com o cumprimento do subitem acima, adequar o valor da causa. 4) Deve o(a) advogado(a), ao proceder a emenda à petição inicial, por meio do link de "petição intermediária de 1º grau", cadastrá-la na categoria "petições diversas", tipo de petição: "8431 - emenda à inicial", a fim de conferir maior agilidade na identificação no fluxo de trabalho, onde se processam os autos digitais, sob pena de a apreciação da petição inicial aguardar a ordem de protocolo dos demais autos conclusos, acarretando prejuízos e morosidade no andamento dos autos digitais. int.”*

Contudo, a documentação não foi apresentada.

Pois bem, há tempo, esta Corte, por meio de estudos realizados pelo Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demanda NUMOPEDE da Corregedoria Geral da Justiça, constatou a existência do uso abusivo do Poder Judiciário, verificando elevado número de ações distribuídas e movidas em face de grandes instituições (financeiras, seguradoras, etc.), versando sobre a mesma questão de direito e sem apresentação de particularidades do caso concreto, bem como sem documentos que trouxessem elementos acerca da relação jurídica existente entre as partes, sendo que, em diversos casos, após a oitiva dos autores em juízo, verificava-se que não tinham conhecimento ou interesse na distribuição

da ação.

Diante disso, por meio do Comunicado CG nº 2/2017, indicou práticas a serem adotadas como cautela para impedir tal conduta, especialmente em ações com pedidos de exibição de documentos, de declaração de inexistência de débito, de consignação em pagamento ou atinentes ao dever de informar.

A preocupação quanto os recorrentes casos de litigância predatória não abrange somente esta Corte, mas tem âmbito nacional, tanto que a matéria é objeto de recurso repetitivo perante ao Colendo Superior Tribunal de Justiça, tendo sido submetido a julgamento a seguinte questão: *“Possibilidade de o juiz, vislumbrando a ocorrência de litigância predatória, exigir que a parte autora emende a petição inicial com apresentação de documentos capazes de lastrear minimamente as pretensões deduzidas em juízo, como procuração atualizada, declaração de pobreza e de residência, cópias do contrato e dos extratos bancários”* (Tema 1.198).

Ademais, a Corregedoria Geral da Justiça desta Corte, em recente Comunicado CG nº 424/2024, publicou enunciados aprovados no Curso “Poderes do Juiz em face da Litigância Predatória” realizado pela Escola Paulista da Magistratura EPM, sob a coordenação do Desembargador Francisco Eduardo Loureiro, Corregedor Geral da Justiça, que corroboram a boa prática adotada pelo MM. Juízo a quo, a seguir transcritos: *“ENUNCIADO 4 - Identificados indícios da prática de abuso de direito processual, em cenário de distribuição atípica de demandas, é recomendável a adoção das boas práticas divulgadas pelo NUMOPEDE, notadamente providências relacionadas à confirmação da outorga de procuração e do conhecimento efetivo do outorgante em relação à exata extensão da demanda proposta em seu nome, inclusive, mediante convocação da parte para comparecimento em juízo. ENUNCIADO 5 - Constatados indícios de litigância predatória, justifica-se a realização de providências para fins de confirmação do conhecimento e desejo da parte autora de litigar, tais como a determinação da juntada de procuração específica, inclusive com firma reconhecida ou qualificação da assinatura eletrônica, a expedição de mandado para verificação por Oficial de Justiça, o comparecimento em cartório para confirmação do mandato e/ou designação de audiência para interrogatório/depoimento pessoal.”*

Não se ignora as prerrogativas do advogado, entretanto, não podem se contrapor ao dever do julgador em velar pela prestação jurisdicional adequada, sendo de sua incumbência “prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e indeferir postulações meramente protelatórias”, nos termos previstos no art. 139, inciso III, do Código de Processo Civil.

Ressalta-se, ainda, que o Código de Ética e

Disciplina da OAB e o Estatuto da Advocacia impedem oferecimento de serviços profissionais que impliquem, direta ou indiretamente, inculcação ou captação de clientela, além de impor ao advogado informar de forma clara e inequívoca o objeto da demanda, bem como seus riscos e consequências, o que não se vê na hipótese.

Ademais, era dever do Magistrado zelar, prevenir e reprimir atos potencialmente contrários a dignidade da Justiça, nos termos do Artigo 139, II do Código de Processo Civil.

Portanto, a determinação é lícita e vem pautada na Legislação processual e nas Normativas internas da Corregedoria Geral de Justiça deste E. Tribunal de Justiça.

Outrossim, era hipótese de indeferimento da petição inicial ante a ausência de pressupostos e desenvolvimento válido e regular do Processo (Artigo 485, I e IV do Código de Processo Civil), como corretamente proferido pela sentença extintiva, a qual fica mantida em sua integralidade.

Nesse sentido: ***“APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. INDÍCIOS DA PRÁTICA DE LITIGÂNCIA PREDATÓRIA. VALIDADE DA DETERMINAÇÃO DE JUNTADA DE PROCURAÇÃO COM FIRMA RECONHECIDA. MANTIDO O INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. 1. Ação em que a autora alega que contratou empréstimo com o requerido mas este contém juros remuneratórios abusivos. Pleiteou o reconhecimento da abusividade da cobrança, a devolução em dobro dos valores pagos a maior e indenização por danos morais. Foi proferido despacho no sentido de que havia indícios da prática de litigância predatória, razão pela qual determinou-se que a autora apresentasse procuração com firma reconhecida e documentos para melhor apreciação da justiça gratuita. A autora deixou de cumprir as determinações, então foi proferida sentença indeferindo a petição inicial. 2. De fato, como bem observou o juízo de origem, há indícios de que a presente ação foi ajuizada em prática de advocacia predatória. Petição inicial genérica, instruída com procuração genérica, ajuizada por advogado que distribuiu inúmeras ações idênticas, de modo que possivelmente houve uma captação irregular de clientes. 3. Neste contexto, não há nenhuma ilegalidade na determinação de que seja apresentada procuração assinada pela autora, com firma reconhecida, em que conste poderes específicos para representação neste processo, com vistas a garantir que não se trata de litigância predatória praticada mediante fraude de assinatura. Na verdade, tal determinação encontra respaldo nos Enunciados do Comunicado CG nº 424/2024. 4. Mantida a sentença de indeferimento da petição inicial. Recurso a que se nega provimento. (Apelação Cível 1025966-02.2024.8.26.0100; Relator (a): Léa Duarte; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segunda Instância – Turma IV (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo; Data do***

Julgamento: 03.09.2024).”

“DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATOS DE CONSUMO. BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. NÃO ATENDIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA JUNTADA DE DOCUMENTOS E EMENDA DA INICIAL. INDÍCIOS DE LITIGÂNCIA ABUSIVA. INDEFERIMENTO DA INICIAL MANTIDO. DESPROVIMENTO. I. CASO EM EXAME 1. *Apelação cível objetivando a anulação da sentença que indeferiu a petição inicial e julgou o extinto o processo sem resolução de mérito. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO 2. A questão em discussão consiste em saber se os documentos exigidos são indispensáveis à propositura da demanda. III. RAZÕES DE DECIDIR 3. Ausência de verossimilhança nas alegações torna inaplicável a legislação consumerista referente à inversão do ônus da prova. 4. Indeferimento da inicial mantido. Indícios de litigância abusiva. Válidas as determinações para apresentação de procuração com firma reconhecida; juntada de extratos e outros documentos para comprovação da hipossuficiência e do extrato do contrato, com indicação do índice de juros aplicada, apontado e comprovando a discrepância com a Instrução Normativa. 5. Ônus da prova do consumidor. Extinção do processo corretamente decretada. Exigências que vão ao encontro das diretrizes dos Comunicados CG nº 02/2017 e CG nº 424/2024 da E. Corregedoria Geral da Justiça desta Corte, em cenário de ações massificadas desta natureza. IV. DISPOSITIVO 6. Apelação cível conhecida e desprovida. Jurisprudência relevante citada: TJSP, Apelação Cível nº 1058473-16.2024.8.26.0100, Apelação Cível nº 1003217-07.2024.8.26.0224 e Apelação Cível nº 1041059-05.2024.8.26.0100. (Apelação Cível 1010200-12.2023.8.26.0077; Relator (a): Regina Aparecida Caro Gonçalves; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segunda Instância – Turma I (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo; Data do Julgamento: 06.12.2024).*”

Ante o exposto e à vista do mais que dos autos consta, **NEGO PROVIMENTO ao recurso da autora.** Deixo de majorar os honorários advocatícios, na medida em que não foram fixados em Primeira Instância.

OLAVO SÁ
Relator